

A HISTÓRIA DA MOEDA





Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto as setas laterais podem lhe redirecionar às páginas anteriores e posteriores.

Nesse pdf, através de textos próprios ou de outros autores, são disponibilizados links, vídeos e outros materiais que complementarão a temática aqui apresentada.

Boa leitura!



A HISTÓRIA DA MOEDA

Professora Supervisora: Josélia Elvira Teixeira

Líder do Projeto: Beatriz Amulinari Cardoso Szwarc

Vice-líder do Projeto: Eduardo Lucano

Pesquisa e texto:

Beatriz Amulinari Cardoso Szwarc

Caroline Tabile

Derek Felipe Kraus Nascimento

Eduardo Lucano da Silva

Elias Marques Hajjar

Gracielle de Fatima Moreira

Henrique Penteado Lopes

João Emanuel Dias dos Santos

Karen Serpa

Michelly Dovhy

Milena Forbeck

Pedro Wilson Stanoga

Rafael Augusto Porto

Revisão Ortográfica: Carlos Glintelen Silva Martins





INTRODUÇÃO

Este E-book foi inteiramente desenvolvido pelos acadêmicos do 2º ano do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), na disciplina de Economia Monetária, ministrada pela Profª Josélia Elvira Teixeira. O objetivo deste trabalho é apresentar de forma abrangente a história da moeda, desde as práticas primitivas de troca até a evolução para as transações monetárias da atualidade.

Compreender a história da moeda sem reconhecer a sua importância no cotidiano dos cidadãos é uma tarefa que contradiz a essência do conceito de moeda. Nesse sentido, não é difícil imaginar que se o sistema de aquisição de mercadorias por meio do escambo fosse utilizado atualmente, a sociedade não teria alcançado os níveis de desenvolvimento econômico e social que a comunidade mundial alcançou.

Este E-book foi inteiramente desenvolvido pelos acadêmicos do 2º ano do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), na disciplina de Economia Monetária, ministrada pela Profª Josélia Elvira Teixeira. O objetivo deste trabalho é apresentar de forma abrangente a história da moeda, desde as práticas primitivas de troca até a evolução para as transações monetárias da atualidade.

Compreender a história da moeda sem reconhecer a sua importância no cotidiano dos cidadãos é uma tarefa que contradiz a essência do conceito de moeda. Nesse sentido, não é difícil imaginar que se o sistema de aquisição de mercadorias por meio do escambo fosse utilizado atualmente, a sociedade não teria alcançado os níveis de desenvolvimento econômico e social que a comunidade mundial alcançou.

Nesse contexto, considerando as cidades de Guarapuava e Curitiba como exemplo: a primeira pode ter um produto para venda e a segunda pode ter outro bem para venda. As pessoas de Guarapuava não estão interessadas no que Curitiba está vendendo, mas esta precisa do bem oferecido pela outra cidade. Então, aquela paga em forma de moeda os bens de Guarapuava e os moradores da cidade compram de outra cidade o que eles precisam com o valor que eles receberam de Curitiba. Desse modo, as duas partes se satisfazem com a troca.

Vale ressaltar que até mesmo na formação dos impérios, a moeda facilitou o desenvolvimento do comércio, permitindo a troca de bens e serviços entre diferentes regiões e povos. A disponibilidade de moeda também permitiu o pagamento de impostos e tributos, o financiamento de projetos governamentais e a criação de exércitos e infraestruturas que contribuíram para a expansão e consolidação de grandes civilizações.



A moeda facilitou também a acumulação de riqueza e o desenvolvimento de uma classe mercantil e financeira que desempenhou um papel importante na articulação das relações econômicas e políticas entre comunidades, vilarejos e afins. Esse processo possibilitou a criação de templos e a manutenção de estradas que eram custeadas pelos impostos cobrados pelo governo.

No cenário nacional, antes da chegada dos colonizadores europeus, as tribos indígenas utilizavam o sistema de escambo. Com a colonização portuguesa, foram introduzidas moedas de ouro, prata e cobre. Em 1694, a Casa da Moeda do Brasil foi fundada para cunhar moedas metálicas, visando facilitar o comércio e as transações econômicas no país (Gonçalves, 1984).

Durante o período do Império, o Brasil adotou o sistema monetário baseado nos réis, cuja unidade básica era o mil-réis. Com a instauração da República, houve uma série de mudanças da moeda brasileira, incluindo a adoção do cruzeiro como unidade monetária em 1942, que posteriormente foi substituído pelo Cruzado, Cruzado Novo, Cruzeiro, Cruzeiro Real e, finalmente, pelo Real em 1994 (Nogueira, 1999).

A estabilização da moeda no Brasil foi um desafio ao longo de sua história, pois existiram períodos de hiperinflação e planos econômicos para tentar contê-la e restabelecer a confiança na moeda nacional. Atualmente, o Real é a moeda oficial do Brasil, adotada como parte do Plano Real em 1994, que conseguiu controlar a inflação e estabilizar a economia brasileira. Apesar dos desafios e turbulências ao longo da história, a moeda brasileira desempenha um papel fundamental na economia do país, facilitando as transações comerciais, os investimentos e as relações financeiras no mercado interno e internacional.





CAPÍTULO 01

AS ORIGENS DO COMÉRCIO

O escambo se transformou na primeira manifestação da economia mundial. Esse sistema consistia em trocas diretas de bens e serviços quando ainda não havia uma unidade de valor universal, ou seja, eram realizadas sem qualquer intermédio de unidade de valor. As trocas diretas eram feitas sem valor equivalente. Por exemplo, um agricultor trocava parte de sua colheita por uma nova ferramenta para o seu serviço.


Nesse contexto, cada povoado definia qual era sua moeda de troca. Essas trocas comerciais desenvolveram uma necessidade maior de satisfação na população, fazendo com que se criassem e aperfeiçoassem novas técnicas e ferramentas para a agricultura (Santos, 2014).

Nas comunidades indígenas, o escambo era feito com a utilização da pele de animais, ferramentas e alimentos que vinham de sua agricultura e colheita. Nas economias rurais, tinham destaque as pequenas manufaturas e o plantio. As trocas nesse período ocorriam de acordo com o que era plantado e os itens que eram fabricados (Abreu; Coelho, 2009).

No Brasil, os portugueses usavam dos produtos indígenas e do Pau-Brasil para realizar escambo com o exterior em troca de tecidos e ferramentas com a finalidade de atender as necessidades básicas e também promover o desenvolvimento e eficiência das pequenas manufaturas e da agricultura (Abreu; Coelho, 2009).

Surgiram, então, vários itens de valor intrínseco, que eram avaliados por meio de sua utilidade, escassez ou simbologia cultural. Esses itens eram uma espécie de mercadoria-moeda para o “pagamento” das trocas a serem feitas. Produtos como o sal, a carne, o tabaco, o açúcar e o pano de algodão ficaram marcados como os principais elementos de troca de uma região para a outra e ganharam o título de moeda-mercadoria (Santos, 2014).

Entretanto, a prática do escambo acarretava dificuldades como por exemplo, um ferreiro querendo adquirir pão e por outro lado o padeiro precisando de roupas, e não de ferramentas. Outro problema era a “indivisibilidade dos bens”. Quando o valor de um bem ou serviço não se encontrava na mesma proporção e era difícil de fracioná-lo. Por exemplo: usar um animal inteiro para fazer a troca com algum outro bem ou serviço de menor proporção.



A questão do transporte e armazenamento também acabou se tornando um problema em relação aos produtos volumosos e pesados. Por exemplo, a troca de grãos em grande quantidade ou então a madeira. Essas atividades eram, muitas vezes, impossíveis de serem realizadas por conta do difícil manuseio.

Embora o escambo tenha sido essencial para o desenvolvimento inicial das economias humanas, suas limitações inevitáveis precisavam de uma solução, algo que pudesse ser um intermédio para as trocas, ou seja, algo que tivesse valor.



Artigo sobre o escambo

CAPÍTULO 02

A INVENÇÃO DA MOEDA



A invenção da moeda foi um processo gradual que ocorreu ao longo de séculos. Suas primeiras formas surgiram antes mesmo das moedas metálicas, na forma de commodities valiosas, como conchas, gado e grãos.

Para superar as limitações do escambo, as sociedades começaram a utilizar unidades de medida padronizadas, como barras de metal ou grãos específicos. Essas unidades facilitavam a comparação de valores e tornavam as trocas mais eficientes.

As primeiras moedas metálicas surgiram na Lídia (atual Turquia) no século VII a.C. Elas eram feitas de ouro e prata, além de apresentarem imagens de animais, plantas ou símbolos religiosos, e tinham um valor intrínseco, determinado pelo metal do qual eram feitas. As moedas lídias rapidamente se tornaram populares em todo o Mediterrâneo. Com o tempo, o uso da moeda se espalhou por todo o mundo, e diferentes civilizações desenvolveram seus próprios sistemas monetários (Franco, 2018).



Essas moedas lídias, cunhadas pelo rei Gyges, são consideradas um marco na história da moeda, pois foram as primeiras a serem emitidas por um governo e a terem um valor padronizado. Elas rapidamente se tornaram populares em todo o Mediterrâneo. (Weatherford, 2000).



As primeiras representações de dinheiro físico apresentavam um formato padronizado, geralmente redondo ou oval, o que facilitava seu transporte, armazenamento e identificação e cada uma tinha peso e valor específicos. Essa padronização era fundamental para garantir a confiabilidade das moedas como meio de troca e evitar fraudes (Costa, 2018).



Entretanto, a prática do escambo acarretava dificuldades como por exemplo, um ferreiro querendo adquirir pão e por outro lado o padeiro precisando de roupas, e não de ferramentas. Outro problema era a “indivisibilidade dos bens”. Quando o valor de um bem ou serviço não se encontrava na mesma proporção e era difícil de fracioná-lo. Por exemplo: usar um animal inteiro para fazer a troca com algum outro bem ou serviço de menor proporção.

A questão do transporte e armazenamento também acabou se tornando um problema em relação aos produtos volumosos e pesados. Por exemplo, a troca de grãos em grande quantidade ou então a madeira. Essas atividades eram, muitas vezes, impossíveis de serem realizadas por conta do difícil manuseio.

Embora o escambo tenha sido essencial para o desenvolvimento inicial das economias humanas, suas limitações inevitáveis precisavam de uma solução, algo que pudesse ser um intermédio para as trocas, ou seja, algo que tivesse valor.



Assista ao vídeo: Pedras Rai usadas como dinheiro nas Ilhas Yap



**Sobre a origem
do dinheiro**



**Artigo sobre a
origem da moeda**

CAPÍTULO 03

MOEDAS NO MUNDO ANTIGO

Moedas na Grécia

Como visto anteriormente, a adoção das moedas metálicas na Grécia se dá por conta de um legado de preferência ao uso dos metais a outras mercadorias como meio de troca, deixado pelas civilizações primitivas. A prata, às vezes o ouro e o bronze, determinavam o valor intrínseco comum às diversas moedas que circulavam entre as cidades-estados gregas.

O desenvolvimento político e econômico das Cidades-Estados gregas fortaleceu o caráter monetário da economia da região (Rezende, 2009). A partir da criação desse sistema monetário, os gregos não só alcançaram um nível de desenvolvimento econômico pioneiro no mundo, como souberam manter esse sistema estável, evitando a desvalorização da moeda.

Dentre a variedade de moeda, destacou-se a dracma, que, fracionada, recebeu diferentes nomenclaturas: óbolo



(sexta parte da dracma), tetradracma (quatro dracmas), didracma (duas dracmas) (Florenzano, 2009).

O uso da moeda se difundiu também na economia romana, a partir do governo de Sólon, em 594 a.C. até a absorção da Grécia Antiga pelo Império Romano (Senna, 2010). Também era utilizada na Europa, Ásia e continuou sendo intensamente utilizada pelos romanos.

No final do século IV a.C., as moedas cunhadas pelos gregos ganharam uma nova face: com a conquista da Grécia pelos Macedônios, a imagem de Alexandre, o Grande era agora a principal imagem monetária (Florenzano, 2009). As mudanças políticas do império, bem como o ímpeto do governante pela conquista de territórios, transferiu à confecção de moedas o objetivo de financiar os conflitos militares, tendência que também foi vista entre os romanos.



Evolução do Sistema Monetário Romano

Posteriormente, os romanos criaram em 200 a.C. sua moeda própria, o denário, no contexto da 2ª Guerra Púnica, movidos pela necessidade de pagamentos ágeis para os soldados (Florenzano, 2009).



Com a ascensão de Otaviano ao poder, foi instituída uma nova moeda, o as, ou asse, e suas variações, o quadrans, o dupondio e o sestécio, este último sendo “a moeda de bronze mais usada e popular do Império por pelo menos até a segunda metade do século III d.C.” (Florenzano, 2009, p. 48). Também foram instituídas novas regulamentações. Determinou-se o monopólio da cunhagem da prata para o princeps, e a cunhagem do bronze para o Senado.

Passados alguns séculos, a Cidade-Estado havia se tornado um vasto império e, com essa expansão, arquitetou-se uma nova organização política, econômica, social e militar. Nesse contexto, a moeda foi muito importante para unificar território romano, bem como afirmar a soberania do imperador, por meio das imagens gravadas no metal. Além disso, devido às demandas do exército, nesse período ocorreu a transferência do processo de cunhagem de oficinas centrais para postos de cunhagem espalhados pelo território que eram supervisionados por oficiais militares.

Por fim, cabe mencionar a questão da fiduciaridade da moeda romana e o processo de inflação. Majoritariamente, as moedas possuíam valor intrínseco, ou seja, quando feitas de ouro ou prata, valiam o quanto pesavam. Elas podiam ser derretidas e usadas para outros fins e sua circulação recorrente se dava pelo fato de os metais serem valorizados em diversas localidades.

O processo inflacionário começa a partir do governo de Nero e perdura pelos próximos dois séculos, até a queda do Império Romano Ocidental em 476 d.C. (Senna, 2010). A fim de saldar dívidas e apoiar o exército, o Imperador controlava

a cunhagem de moedas com qualidade muito inferior, o que resultava no aumento dos preços e enfraquecimento da moeda. A cunhagem excessiva, assim como a falta de uma política monetária bem definida, são fatores que explicam a instabilidade monetária do Império Romano.

Por sua vez, na China, também destaca-se o uso de metais como meio de troca, porém com suas particularidades. As moedas chinesas se distinguem das outras devido ao seu formato e material. Por muito tempo, utensílios de bronze, como facas e pás, eram utilizados para as trocas. À medida que seu valor simbólico ultrapassou sua utilidade, essas ferramentas começaram ser confeccionadas em tamanhos menores, perdendo definitivamente sua função original e adquirindo, assim, caráter monetário.

A emissão em massa dessas “moedas” foi importante para financiar os conflitos militares que marcaram o período conhecido como Período dos Reinos Combatentes (481-221 a.C.) (Vieira, 2017). A técnica de fundição predominava e facilitava esse processo.

Nessa mesma época, surge a moeda em formato arredondado e achatado. Apesar das semelhanças com outras moedas, tal avanço no sistema monetário chinês não sofreu nenhum tipo de influência do mundo ocidental. A particularidade da moeda era presença de um furo no meio, que permitia que várias delas fossem agrupadas em fios, formando unidades de contas maiores. Esse formato de moeda continuou sendo utilizado até o início do século XX (Vieira, 2017).

CAPÍTULO 04

EVOLUÇÃO DA MOEDA NA IDADE MÉDIA

A evolução da moeda na Idade Média reflete a complexa dinâmica econômica, política e social desse período. Com a queda do Império Romano, a Europa entrou em uma era de fragmentação, e as moedas desempenharam um papel crucial na estabilização e no desenvolvimento das economias emergentes. A transição das moedas romanas para os sistemas monetários medievais foi marcada por inovações, adaptações e a necessidade de garantir confiança e estabilidade nas transações comerciais.

Na Europa medieval, a cunhagem de moedas foi inicialmente influenciada pela tradição romana. Os visigodos e os merovíngios, ao estabelecerem seus reinos, adaptaram os modelos romanos para suas moedas. Os visigodos na Hispânia cunharam sólidos de ouro, enquanto os merovíngios na Gália introduziram o denário de prata. Essas moedas ajudaram a assegurar a continuidade econômica em tempos de fragmentação política.

Com a ascensão de Carlos Magno no século VIII, o sistema monetário europeu passou por uma significativa reforma. Carlos Magno padronizou o denário de prata, centralizando a cunhagem e garantindo a qualidade e a estabilidade das

moedas. Essa reforma facilitou o comércio e a administração dentro do Império Carolíngio (Santos, 1990).

Nos séculos seguintes, a diversificação política levou a uma diversificação monetária. Na Inglaterra, o penny de prata padronizado por Alfredo, o Grande, estabilizou a economia. No Sacro Império Romano-Germânico, várias autoridades cunhavam suas próprias moedas, refletindo a complexidade política da região. Na França, moedas de prata de maior valor, como o "gros tour", foram introduzidas para atender às necessidades dos mercados em expansão (Carvalho, 2004).



O crescimento do comércio internacional no século XIV levou à introdução de moedas de ouro de alto valor, como o florim de Florença e o ducado de Veneza. Essas moedas tornaram-se referências no comércio internacional devido à sua pureza e peso constantes, facilitando grandes transações comerciais (Carvalho, 2004).



As moedas desempenharam papéis essenciais na vida cotidiana e no comércio durante a Idade Média. Pequenas moedas de prata e cobre, como o denário e o pfennig, eram usadas em transações diárias entre camponeses, artesãos e comerciantes. A padronização dessas moedas facilitou a vida cotidiana e o comércio local (Santos, 1990).

Governos e senhores feudais usaram moedas padronizadas para arrecadar tributos e impostos de maneira eficiente. A estabilidade e a confiança nas moedas ajudavam a evitar disputas sobre valores e simplificavam a administração fiscal (Martins, 1983).

No comércio internacional, moedas de ouro como o florim e o ducado foram fundamentais. A confiança na pureza e no peso dessas moedas incentivou o comércio entre diferentes regiões, fortalecendo as economias e integrando mercados (Carvalho, 2004).

A diversidade de moedas em circulação criou a necessidade de casas de câmbio, que permitiam a conversão de moedas estrangeiras e facilitavam o comércio entre regiões com diferentes sistemas monetários. Feiras e mercados, como as de Champagne, usavam diversas moedas e introduziram sistemas de contagem e notas de crédito para facilitar grandes transações, ajudando a registrar e transferir fundos sem a necessidade de transportar grandes quantidades de moeda física (Santos, 1990).

A descentralização do poder na Europa feudal levou à emissão de moedas por autoridades locais. Senhores feudais cunhavam suas próprias moedas para afirmar sua autoridade

e facilitar o comércio dentro de seus domínios. Guildas comerciais nas cidades começaram a cunhar suas próprias moedas para regular o comércio e proteger os interesses dos membros. Bancos e letras de câmbio emergiram para oferecer serviços de câmbio e crédito, facilitando o comércio a longa distância (Carvalho, 2004).

Moedas no Mundo Islâmico e Asiático

No mundo islâmico, o desenvolvimento monetário foi marcado pela introdução de moedas como o dinar de ouro e o dirham de prata durante o Califado Omíada. Essas moedas ajudaram a unificar o sistema monetário em um vasto império. Os Abássidas refinaram esse sistema, introduzindo designs mais sofisticados e padrões rigorosos de peso e pureza para garantir a estabilidade (Mendonça, 2010).

O comércio entre o mundo islâmico e outras regiões, como a China e o Oceano Índico, cresceu significativamente. Moedas islâmicas eram amplamente aceitas nas rotas da seda e nos portos comerciais, facilitando o comércio inter-regional e integrando várias economias (Mendonça, 2010).

Na China, durante as dinastias Tang e Song, o sistema monetário avançado incluía moedas de bronze amplamente utilizadas e a introdução do papel-moeda durante a dinastia Song, uma inovação significativa que facilitou o comércio interno (Santos, 2001).



Na Índia, o Império Gupta cunhou moedas de ouro de alta qualidade, enquanto os sultanatos islâmicos introduziram moedas como o dinar e o dirham, integrando a Índia ao comércio islâmico (Hilário, 2006).

No Japão, durante o período Heian, a importação de moedas chinesas foi substituída pela cunhagem local, refletindo a necessidade de uma moeda nacional estável para fortalecer a economia e a autonomia do Japão (Hilário, 2006).



Como surgiu o dinheiro



Quando o dinheiro foi inventado

CAPÍTULO 05

A ERA DAS DESCOBERTAS E A MOEDA

As Grandes Navegações foram resultado de uma série de transformações em curso na Europa desde o Século XII. Por meio delas, o continente europeu completou sua passagem da Idade Média para a Idade Moderna e fortaleceu o comércio e o uso da moeda a partir do mercantilismo.

Além disso, elas tornaram Portugal a maior potência do mundo entre os Séculos XV e XVI, consolidando-se como um império ultramarino. Com as explorações comerciais e territoriais realizadas em diversos locais do planeta nesse período, foi iniciada a colonização do continente americano. Os portugueses, por exemplo, conquistaram colônias em diferentes partes do mundo: América, África e Ásia (Reis, 2021).



Impacto do Colonialismo e do Comércio Mundial

Assim como há causas que marcaram a era das primeiras grandes navegações, consequências passadas e presentes no mundo até hoje surgiram por causa dessa época. Por exemplo:

- Surgimento de impérios coloniais com estruturas econômicas montadas para atender o início do capitalismo nas potências europeias;
- Fluxo de riquezas foi transferido para a Europa, devido às explorações das colônias;
- Difusão de costumes europeus para o resto do mundo;
- Ampliação de mercados econômicos e comércio;
- Desenvolvimento em conhecimentos científicos e técnicos;
- Revolução de preços provenientes do aumento de metais preciosos no comércio da recém-descoberta América;
- O sistema comercial europeu teve que ser somado às trocas externas e outros continentes também recebiam os produtos da Europa;
- Decadência dos territórios mercantis da Itália, crescimento dos países ibéricos (Schimidt, 1963).



As ideias mercantilistas incentivaram a expansão comercial, fortalecendo o capitalismo nascente. As nações europeias buscavam produtos que poderiam ser comercializados no mercado europeu e, dessa forma, acumular riquezas. Portugal e Espanha iniciaram a colonização na América em busca de metais preciosos ou de outros produtos valiosos para o mercado (César, 2020).

Os espanhóis encontraram ouro nos primeiros anos de colonização e obtiveram grandes lucros. Já Portugal, sem encontrar metal precioso no litoral brasileiro, primeiramente investiu no comércio do Pau-Brasil e, logo em seguida, na produção açucareira, que, de fato, começou a gerar lucro para os portugueses.

As nações europeias adotaram as práticas e as ideias mercantilistas para desenvolver suas economias. Os reis absolutistas se aliaram aos burgueses comerciantes em busca de lucros e acúmulo de metais preciosos. Os recém-formados Estados nacionais europeus intervinham na economia, regulando o mercado, cobrando impostos e unificando as moedas. O comércio a cada dia se desenvolvia mais, enriquecendo as nações, bem como seus governantes e aliados.

Quando Cristóvão Colombo (1451-1506) chegou às Américas em 1492 (César, 2020), a principal commodity que todos os monarcas europeus ansiavam era o ouro. Com este metal amarelo precioso, exércitos, mercenários e armas de pólvora podiam ser pagos e seus reinos podiam ser defendidos e expandidos.

No mesmo período, o poder do Estado crescia de acordo com o acúmulo de metais preciosos, como ouro e prata. Assim, surgiu o metalismo. Nesse sentido, o metalismo era importante no cenário macroeconômico na nação de modo a garantir a estabilidade econômica.

O metalismo foi uma medida usada durante o sistema mercantilista para medir a riqueza de uma nação. Esse sistema também era conhecido como bulionismo que deriva da palavra inglesa bullion.

Esse sistema aconselhava o Estado a ter o máximo possível de metais preciosos nos cofres como ouro e prata. Assim, segundo o metalismo, quanto mais bens preciosos uma nação tivesse, mais estabilidade econômica ela alcançaria.

Por conta disso, nessa época começou uma verdadeira corrida ao ouro. Nações ibéricas como Portugal e Espanha começaram a procurar esses metais em suas colônias, ao passo que Holanda, França e Inglaterra pagavam piratas para saquear os navios de Portugal e Espanha (Cartwright, 2022).

O metalismo serviu para facilitar o intercâmbio internacional, preço e valores das mercadorias, hoje conhecidas como commodities. Dessa forma, ele foi responsável por mudar as trocas, o que criou o conceito de lastro. Em resumo, o dinheiro emitido pelo Estado precisava ter um lastro em metais preciosos, no caso o ouro e a prata. Em teoria isso evitaria uma inflação no país, visto que não teria expansão monetária acima do lastro (Reis, 2021).

CAPÍTULO 06

MOEDAS NA ERA MODERNA

As Grandes Navegações foram resultado de uma série de transformações em curso na Europa desde o Século XII. Por meio delas, o continente europeu completou sua passagem da Idade Média para a Idade Moderna e fortaleceu o comércio e o uso da moeda a partir do mercantilismo.

Além disso, elas tornaram Portugal a maior potência do mundo entre os Séculos XV e XVI, consolidando-se como um império ultramarino. Com as explorações comerciais e territoriais realizadas em diversos locais do planeta nesse período, foi iniciada a colonização do continente americano. Os portugueses, por exemplo, conquistaram colônias em diferentes partes do mundo: América, África e Ásia (Reis, 2021).

O surgimento do papel-moeda inaugural do mundo é atribuído à China Antiga. Durante a Dinastia Tang, que floresceu no século VII, os comerciantes desenvolveram um método para agilizar as suas transações em grande escala, utilizando recibos em papel. Esta abordagem engenhosa aliviou o fardo do transporte de quantidades substanciais de moedas metálicas (Ferguson, 2013).

Durante a Dinastia Tang (618-907 d.C.), o papel-moeda inicial na China Antiga não possuía respaldo direto em ouro. Pelo contrário, funcionou como um meio de crédito ou um compromisso de reembolso (Vieira, 2017).

Para contornar o inconveniente do transporte de grandes quantidades de moedas de cobre, que servia como principal forma de moeda naquela época, os comerciantes recorreram à utilização de recibos em papel conhecidos como “jiaozi”. Foi durante a Dinastia Song (960-1279 d.C.) que o governo iniciou a emissão de papel-moeda autorizado, inicialmente referido como “jiaozi” e posteriormente renomeado como “huizi”. Estas notas, no seu início, eram sustentadas pelo valor intrínseco das moedas de cobre ou de outras mercadorias valiosas, como a seda (Vieira, 2017).

Durante os primeiros estágios da experimentação do papel-moeda na China Antiga, os indivíduos tinham a opção de converter essas notas em moedas de cobre em estabelecimentos específicos ou utilizá-las diretamente para transações, pois eram amplamente aceitas. Embora o ouro tivesse um papel importante no comércio chinês e fosse utilizado para transações de maior valor, não apoiava diretamente o papel-moeda. Em vez disso, o principal apoio ao papel-moeda veio da cunhagem de cobre e de outras mercadorias valiosas que podiam ser trocadas por notas de banco (Vieira, 2017).

A utilização do papel como meio de transação autorizado marcou um ponto de viragem significativo na evolução da moeda, significando uma inovação revolucionária. A introdução do papel-moeda na China antiga provocou uma transformação revolucionária na compreensão da troca monetária, estabelecendo, em última análise, as bases para o estabelecimento de sistemas monetários modernos



Transição de moedas metálicas para notas de papel

Com a progressão do comércio e o surgimento de novas mercadorias, a tarefa de conduzir trocas equitativas tornou-se mais desafiadora. Consequentemente, a implementação do ouro e da prata como meio de troca foi adotada para agilizar as transações.

Os ourives assumiram a responsabilidade de salvaguardar estas moedas, estabelecendo-se efetivamente como os pioneiros da banca e dando origem aos primeiros bancos. Em troca das moedas que lhes foram confiadas, estes banqueiros emitiam recibos indicando a quantidade precisa de moeda que possuíam.

Com o passar do tempo, a utilização destes recibos tornou-se predominante nas negociações econômicas, levando, em última análise, ao surgimento do papel-moeda. É importante destacar que neste período as notas eram sustentadas pelo valor inerente do ouro. Consequentemente, os indivíduos possuíam a capacidade de trocar essas notas por uma quantidade equivalente do metal precioso.

Por fim, o papel moeda deixou de ter lastro e a partir daí surgiu a moeda fiduciária, e foram fundamentadas na confiança da população no governo (Serrano, 2002).



Conheça mais sobre as moedas do mundo acessando o acervo do Museu do Dinheiro de Lisboa



CAPÍTULO 07

MOEDAS NO SÉC. XX

Adoção do Padrão Ouro

Durante o século XIX, à medida que as economias se tornaram cada vez mais interligadas, surgiu uma necessidade premente de um sistema monetário global fiável. O padrão ouro surgiu como a solução perfeita para atender a essa necessidade. Sob este sistema, as nações chegaram a um acordo para trocar as suas moedas de papel por quantidades específicas de ouro. Este acordo garantiu um padrão uniforme de valor em todo o mundo, promovendo e facilitando assim o comércio internacional.

O padrão-ouro funcionava como um sistema constante de taxas de câmbio, com cada nação estabelecendo o valor da sua moeda em relação a uma quantidade precisa de ouro. Consequentemente, os valores relativos de várias moedas foram determinados pelas suas medidas de ouro correspondentes.

O padrão-ouro, para além do seu papel como sistema monetário estável, funcionou efetivamente como uma salvaguarda contra a inflação. Com a oferta de ouro a permanecer relativamente constante, os países foram limitados na sua capacidade de emitir quantidades excessivas de dinheiro, evitando assim o início da hiperinflação e garantindo a manutenção de preços estáveis (Viegas, 2011).

Apesar das suas desvantagens, o padrão-ouro impôs certas limitações à capacidade dos governos para manipular as suas moedas, a fim de satisfazer as necessidades econômicas

internas. Além disso, as economias tornaram-se suscetíveis a flutuações na oferta de ouro devido à sua dependência do ouro como moeda de apoio.

Fim do Padrão Ouro

Após várias tentativas (taxas de juros de curto prazo elevadas para desestimular as evasões de capitais, estímulo às exportações, o presidente Nixon anunciou, em agosto de 1971, que o dólar não seria mais conversível em ouro. O dólar passou a flutuar nos mercados de câmbio internacionais e o seu valor em termos de outras moedas seria determinado pelo mercado (Mendes, 2005).

O Sistema Bretton Woods, Nova ordem Monetária Mundial

O Sistema Bretton Woods leva o nome da conferência em Bretton Woods, New Hampshire, que ocorreu em 1944. Este sistema foi significativo na história das finanças. Este sistema foi estabelecido para regular o sistema monetário internacional após a Segunda Guerra Mundial (Mendes, 2005).

O Sistema Bretton Woods dedicou o dólar americano como moeda de reserva do mundo. Nesse método, todos os demais tipos de moeda estavam vinculados ao dólar norte-americano, que pode ser convertido em ouro a uma taxa pré-estabelecida. Isto levou a um sistema de taxas de câmbio predeterminadas, em que a moeda de cada país participante do sistema estava restrita a uma faixa estreita em torno do dólar.



Este sistema procurou manter a estabilidade monetária e facilitar o comércio internacional. Ao comparar o valor de uma moeda com o dólar americano e, conseqüentemente, com o ouro, o Sistema de Bretton Woods tentou evitar a natureza instável da taxa de câmbio que poderia afetar negativamente o comércio internacional. Além disso, o sistema promoveu a cooperação econômica internacional e evitou estratégias monetárias competitivas.

O Sistema de Bretton Woods também resultou na criação de duas importantes instituições internacionais: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O FMI tem como objetivo observar o comportamento dos países membros em relação à política cambial e fornecer assistência financeira aos países que apresentam deficiência de pagamentos. O Banco Mundial, no entanto, foi criado para fornecer assistência financeira e conhecimentos técnicos aos países em desenvolvimento para iniciativas de desenvolvimento econômico (Oliveira, 2008).

A verdade é que os componentes comerciais, produtivos, tecnológicos e financeiros do acordo de Bretton Woods, que derivaram da concepção do acordo e prosperaram sob a liderança americana, não tiveram problemas com o seu próprio sucesso. Durante os primeiros 20 anos da era pós-guerra, os EUA e sua economia cumpriram o papel hegemônico derivado do seu poder industrial, financeiro e militar. Sob os fatos desta hegemonia, as economias da Europa e do Japão foram reconstruídas e foram criadas condições para avanços de industrialização do núcleo capitalista (Mello; Belluzo, 1995).

As ameaças ao dólar foram, no entanto, contidas pelo gesto unilateral dos Estados Unidos que, no final de 1979, subiram abruptamente as taxas de juros com o propósito de preservar a função de reserva de sua moeda nacional. Se alguém desejasse marcar uma data para a derrocada final da arquitetura de Bretton Woods teria alguma chance de acertar, escolhendo outubro de 1979. Não se trata apenas de constatar que os Estados Unidos deixaram de exercer o papel de "país residual", isto é, de país capaz de amortecer as tensões - tanto as inflacionárias quanto as recessivas - do sistema funcionando como fonte autônoma de demanda efetiva e "lender of last resort" (Mello; Belluzo, 1995).

Apesar do seu eventual desaparecimento, o Sistema de Bretton Woods ainda teve influência na economia global. Ele criou um quadro para a cooperação econômica internacional e iniciou a criação do sistema financeiro global atualmente em curso.



CAPÍTULO 08

HISTÓRIA DA MOEDA NO BRASIL



Desde o século XV com a chegada dos portugueses, em terras brasileiras, até o século XXI, o Brasil possuiu mais de 10 espécies de notas e moedas, com formatos e características diferentes, refletindo em diferentes momentos econômicos e políticos do país.

Patacas

Foram as primeiras moedas fabricadas no Brasil após o surgimento da Casa da Moeda nacional. Circularam durante grande parte do período colonial, entre 1695 e 1835. As moedas eram cunhadas em prata vinda da Espanha. Em 1650, Portugal foi anexado à Espanha dando início à chamada União Ibérica. Portugal passou a ter acesso privilegiado aos pontos de comércio espanhóis. Uma pataca valia 320 réis e tinha uma série também com moedas de 20, 40, 80, 160 e 640 réis (BCB, 2004).



Florins

Obra dos Holandeses, essas moedas denominadas florins tinham um formato diferente, conhecido como obsidional. Quando a Holanda toma conta do território do nordeste brasileiro (1630- 1654), começou-se a cunhar essas moedas em ouro que valiam 3, 6 e 12 florins. Em 1654, os portugueses retomam o território nordestino, o formato obsidional não prosperou e voltou-se a cunhar-se moedas em formato circular (Vianna, 2009).





Dona Maria I

Em 1777, ascendeu ao trono como Rainha D. Maria I de Portugal, a primeira rainha reinante do país. Sua face foi registrada em moedas de ouro que representaram diferentes fases da vida da monarca. Em 1810, com a criação do Banco do Brasil instituído por D. João VI, os primeiros bilhetes em papel com valor monetário começaram a ser emitidos. A partir disso, as moedas cunhadas com metais preciosos começaram aos poucos a serem substituídas por cédulas (Vieira, 2009).



Reino Unido a Portugal e Algarves

Em 1815, o Brasil conquista a condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Motivo de comemoração, novas moedas começaram a ser cunhadas nesse período. Uma série especial de moedas em ouro, cobre e prata que traziam escritas consigo “Joanes D. G. Bras. Et Alg. P. Reg” que significava “João, por graça a Deus, Príncipe Regente de Portugal, Brasil e Algarves”. Mais tarde, por volta de 1820, houve o levante de uma revolta que exigiu o retorno de D. João a Portugal. Com isso, seu filho D. Pedro I tornou-se o imperador do



país em 1822, época em que foi declarada sua independência. Nesse contexto, novas moedas passam a serem cunhadas, foram as chamadas “Peças de coroação”. Essas moedas eram cunhadas em ouro e valiam 6.400 réis. No entanto, D. Pedro não gostou das moedas e ordenou que a produção fosse extinta. Assim, as peças da coroação foram as moedas mais raras já fabricadas no Brasil, sendo fabricadas apenas 64 unidades da moeda (BCB, 2004).

O tempo da Regência

Durante seu reinado D. Pedro I conquistou grande impopularidade do público. O país passava por um período de grande escassez de metais preciosos. O imperador aumentou a emissão de papel-moeda e a cunhagem de moedas de cobre, isso levou ao abalo da credibilidade do Banco do Brasil. Além disso, seu autoritarismo levou ao levante de manifestações populares, que culminou na sua abdicação. A solução encontrada foi que seu filho D. Pedro II assumisse o poder e, assim foi feito. Como seu filho ainda era menor, foi instaurado do período conhecido como Regência, que funcionou entre 1831 e 1840. Com relação à economia dessa época, foram extintas as patacas e criadas as moedas conhecidas como cruzeiros. Eram cunhadas em prata no valor de 100, 200, 400, 800 e 1200 réis (Vieira, 2009).





Réis (1654-1942)

A primeira moeda utilizada no Brasil foi o real de prata, introduzido pelos portugueses em 1654. Com o tempo, o real de prata foi substituído pelos réis, que foi a principal moeda do país por vários séculos, em 1942 houve as últimas emissões de metálicas do padrão mil réis. Nesse período houve também a implantação do Estado Novo, o qual pleiteava poderes ao Presidente Getúlio Vargas e instaurando a primeira ditadura brasileira (Vianna, 2009).



Cruzeiro (1942-1967)

Em 1942, o Brasil adotou o cruzeiro como sua nova moeda, em resposta à inflação causada pela Segunda Guerra Mundial. A moeda já havia sido planejada desde 1926, mas sua implantação foi adiada devido a fatos históricos que aconteceram na época, como a Revolução de 1930. O cruzeiro passou por diversas reformas até ser substituído pelo cruzeiro novo em 1967. (Conto, 2011).



Cruzeiro novo (1967-1986)

Foi lançado como parte de um plano econômico para combater a inflação no país devido à desvalorização do Cruzeiro. No entanto, a moeda não conseguiu estabilizar a economia e foi substituída pelo cruzado em 1986 (Castro, 2009).



Cruzado (1986-1989)

Conhecido como Plano Cruzado, ou Plano Sarney, foi implantado com o intuito de combater a inflação, após a morte do presidente então eleito Tancredo Neves, com o fim da ditadura, dava início a uma nova etapa na política Nacional com a posse de Sarney, vice-presidente. No entanto, a moeda não obteve sucesso e foi substituída pelo cruzado novo em 1989 (Averbug, 2005).





Cruzado novo (1989-1990)

Utilizado também como medida de estabilizar a economia e controlar a inflação no país foi implantado através do Plano Verão. foi substituída pelo cruzeiro em 1990 (Castro, 2009).



Cruzeiro (1990-1993)

O cruzeiro foi reintroduzido como moeda Nacional em 1990, através do Plano Collor, reunificando a economia após as várias reformas monetárias anteriores. A moeda foi substituída pelo cruzeiro real em 1993, com o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello (Magalhães, 2016).



Cruzeiro real (1993-1994)

Após o impeachment de Collor, o vice-presidente Itamar Franco, seu sucessor, introduziu um novo padrão monetário antecedendo o Real (Conto, 2011).



Real (1994-atual)

Com a criação do Plano Real em 1994, estabeleceu-se o real como moeda oficial do Brasil, como parte de um plano econômico para controlar a inflação e estabilizar a economia, plano este que deu certo. Desde então, o Real tem sido a moeda oficial do país, passando por diversas reformas e mudanças ao longo dos anos.

As cédulas trazem no anverso a efígie feminina da República e no reverso são representados os animais da fauna brasileira. Atualmente, o Brasil segue com o real como sua moeda oficial e enfrenta desafios econômicos, como a recuperação da economia após a crise financeira global e a pandemia de Covid-19. A evolução econômica e da moeda no Brasil reflete a história do país e os desafios enfrentados ao longo dos anos.



Pode-se observar através da substituição das moedas pelas cédulas que o dinheiro é mutável, atualmente é possível verificar a mutação da utilização de cédulas, pelas moedas bancárias, consideradas como invisíveis, através da utilização do PIX, transações a débito e crédito, moedas eletrônicas como bitcoin etc.

Diante dos avanços tecnológicos cabe imaginar como serão as formas de circulação da moeda no mercado no futuro (Nogueira, 1998)..



Para saber mais sobre a Casa da Moeda



Para saber mais sobre as Moedas do Brasil



CAPÍTULO 09

MOEDA NA ERA DIGITAL

A história mostra que o sistema monetário é aprimorado constantemente com o intuito de facilitar a vida cotidiana e as relações comerciais. A moeda se transforma e evolui seguindo os passos da sociedade, disseminando-se de maneiras diferentes ao longo do tempo.

Com o processo de globalização e a ampliação de novas tecnologias, o mercado e a sociedade exigiam uma moeda que facilitasse as transações comerciais. Dessa forma, surgem as moedas virtuais/digitais e as criptomoedas, que, para Fincen (Apud Boff e Ferreira, 2016), são consideradas meios de troca que operam em determinados ambientes, mas que não possuem todas as propriedades de uma moeda. Dessa forma não tem curso legal em sua jurisdição. Moedas digitais são intangíveis, afinal não possuem forma física e existem apenas no formato digital. (Apud Boff e Ferreira, 2016)

Para o Banco Central do Brasil (2017), as moedas digitais ou virtuais são caracterizadas por representações digitais de valor que não são emitidas pelo Banco Central ou por alguma outra autoridade monetária, seu valor é dado pela confiança depositada nas regras de operações e nos seus participantes. O Banco Central não regulamenta nem emite esse tipo de moeda, pois tem forma e disseminação próprias e não são consideradas como moedas oficiais.

No Brasil, ainda não existe uma regulamentação completa e definitiva sobre as moedas digitais. O tema está em constante evolução e discussão, com órgãos reguladores e legisladores que buscam adaptar-se ao rápido crescimento e à complexidade desse mercado.

Alguns dos principais atrativos das criptomoedas são a segurança, privacidade e descentralização, pois como o nome sugere, utilizam da criptografia para evitar a interceptação de informação do usuário, o que torna o sistema mais seguro. O Bitcoin é a criptomoeda mais conhecida, mas além dele existem: Ethereum (ETH), Ripple (XRP), Litecoin (LTC), Bitcoin Cash (BCH), entre outras. Todos esses exemplos apresentam um sistema operacional semelhante, pois tem um código de livre acesso e sua modificação pode ocorrer facilmente. (Exame, 2024).

As criptomoedas são descentralizadas porque não existe uma autoridade central que as regule. Elas são emitidas por um código específico e podem ser criadas de inúmeras formas.

“O projeto do Bitcoin vinha a ser uma tentativa de resposta à instabilidade financeira causada por décadas de monopólio estatal da moeda e por um sistema bancário de reservas fracionárias” (Ulrich, 2014, p. 43), pois foi criado no ano de 2008 em meio à crise financeira de 2007/2008 que se desenvolveu pela desregulação financeira e gerou instabilidade da moeda e insegurança à população. Seu criador é denominado pelo pseudônimo Satoshi Nakamoto, identidade essa que ainda é desconhecida.



Esta criação ocorreu a partir do desenvolvimento de uma rede de novas tecnologias que faz uso de criptografia como uma nova forma de segurança, buscando a estabilidade da moeda (Pires, 2017) e tem como ideia enviar unidades monetárias sem um intermediador por meio da internet (Almeida, 2016). Também busca oferecer privacidade da mesma forma que é permitida tradicionalmente pelo uso do dinheiro vivo, adicionada apenas com a transferência digital (Ulrich, 2014).

Embora apresente pontos positivos, o Bitcoin apresenta motivos para sua não aceitação: é considerado como uma cultura de anonimato e associado à hackers; também é visto como uma ferramenta de sonegação e evasão fiscal. Dessa forma, “a regulação das criptomoedas ainda é, na maioria dos países, inexistente ou extremamente fraca em razão da própria natureza do Bitcoin” (Santos, 2016, p.19).

[...] isso ocorre porque o Bitcoin não se encaixa em definições regulamentares existentes de moeda ou outros instrumentos financeiros ou instituições, tornando complexo saber quais leis se aplicam a ele e de que forma (Ulrich, 2014, p. 33).

Embora o Bitcoin ainda tenha um futuro incerto e apresente pontos que não são totalmente compreendidos, bem como o seu anonimato que pode estar diretamente ligado a transações ilegais e crimes financeiros, não se pode negar que esta tecnologia é uma das maiores invenções desde a criação da Internet.

O Bitcoin e as criptomoedas representam uma inovação significativa no mundo das finanças e da tecnologia, introduziram conceitos como descentralização, transparência e segurança por meio da tecnologia blockchain. O Bitcoin, em particular, é considerado o precursor e o padrão-ouro das criptomoedas.


No entanto, o espaço das criptomoedas também enfrenta desafios significativos, como questões de regulamentação, volatilidade de preços e preocupações com segurança. A falta de uma autoridade centralizada torna o mercado propenso a manipulações e atividades ilícitas em algumas instâncias.

Apesar desses desafios, muitas pessoas veem as criptomoedas como uma ferramenta promissora para a inclusão financeira, a transferência de valor e a inovação tecnológica. À medida que continuam a evoluir, será importante encontrar um equilíbrio entre a inovação e a proteção dos investidores e do sistema financeiro como um todo.



CAPÍTULO 10

BANCOS CENTRAIS



Os Bancos Centrais desempenham um papel vital no funcionamento da economia capitalista contemporânea, servindo como reguladores num sistema que tem sido historicamente atormentado por várias crises, cada uma com consequências duradouras para os indivíduos. Estas instituições são responsáveis pela implementação de políticas que garantam a oferta monetária e de crédito de um país. Atualmente, os Bancos Centrais aderem a três objetivos principais de política monetária. O primeiro objetivo é manter a estabilidade do poder de compra, o que envolve controlar a inflação e salvaguardar o valor da moeda ao longo do tempo. O segundo objetivo é promover a estabilidade da economia real, garantindo taxas de juro sustentáveis. Por último, os Bancos Centrais esforçam-se por estabilizar a economia financeira através de uma governação eficaz do sistema de pagamentos. Todas estas ações visam mitigar o impacto de potenciais choques na economia e, conseqüentemente, na vida das pessoas, suavizando o ciclo económico. No entanto, é importante referir que os Bancos Centrais sofreram transformações significativas ao longo da sua existência, assumindo gradualmente diversas funções, sendo a mais crucial a de “banco dos bancos” (Gregory, 2019).

A emergência do banco central, como entidade institucional, remonta aos séculos XVII e XVIII em certas

nações europeias. Durante este período, um determinado banco comercial privado distinguiu-se dos outros devido à sua estreita associação com o Tesouro.

Como resultado, foi concedido a estes bancos o privilégio exclusivo de emitir moeda fiduciária. Inicialmente designados por bancos emissores especiais, as suas funções principais abrangiam a regulação da circulação do papel-moeda, garantindo a convertibilidade das suas notas em ouro e prestando apoio financeiro ao Estado. Contudo, à medida que os sistemas bancários nacionais evoluíram, essas instituições assumiram gradualmente responsabilidades adicionais que são agora consideradas características de um banco central. Estas incluem atuar como superintendente dos métodos de pagamento, servir como banco para outras instituições financeiras, controlar a moeda e o crédito, servir como credor de última instância e funcionar como regulador e supervisor do sistema bancário (Freitas, 2000).

A criação do Banco da Inglaterra em 1694 marcou o desenvolvimento pioneiro das funções que hoje definem um banco central. Inicialmente estabelecido como um banco privado de emissão e depósito, foi criado especificamente para fornecer apoio financeiro ao governo inglês. Para cumprir este objetivo, o banco recebeu carta régia e foi-lhe conferido o estatuto jurídico de sociedade anônima, conferindo-lhe assim o privilégio exclusivo de funcionar como instituição bancária. Embora o Banco de Inglaterra não possuísse inicialmente a autoridade exclusiva para emitir papel-moeda, a sua estreita afiliação com a Coroa impulsionou-o rapidamente a tornar-se o principal emissor de notas no país (Nascimento, 2005).



Posteriormente, o Banco de Inglaterra expandiu as suas operações e adquiriu novas responsabilidades. Por um lado, a sua estreita relação com o Tesouro inglês exigia o seu envolvimento na banca governamental, na agência fiscal e na administração da dívida pública. Simultaneamente, como banco emissor dominante no mercado, o Banco de Inglaterra assumiu o papel crucial de salvaguardar as reservas metálicas do país e de outros bancos. À medida que o século XIX avançava, também assumiu o papel de “banco do banco”. Finalmente, na última parte do século, após uma série de crises bancárias que afetaram gravemente o mercado financeiro inglês, o banco central assumiu relutantemente o papel de credor de última instância para todo o sistema bancário, embora não sem encontrar conflitos ao longo do caminho (Nascimento, 2005).

Durante a última parte do século XIX, especificamente na terceira e quarta fases do desenvolvimento do sistema bancário inglês, o Banco da Inglaterra sofreu modificações na sua estrutura administrativa. Isso envolveu a criação de dois departamentos distintos: um departamento monetário e um departamento bancário. Através destas mudanças, o Banco da Inglaterra foi pioneiro na “arte do banco central”. Por um lado, assumiu o papel crucial de ser o credor de última instância. Por outro lado, reconhecendo a interligação entre moeda e crédito, bem como o fato de a moeda bancária não ser neutra, o Banco assumiu a responsabilidade de regular o sistema monetário e de crédito. Para tal, o Banco introduziu a utilização da taxa de desconto (taxa bancária) como ferramenta de gestão cambial e de crédito. Para implementar isso, o Banco decidiu realizar operações com instituições financeiras a uma taxa de juro, determinada a seu critério, superior à taxa de mercado em vigor (Nascimento, 2005).

O desligamento progressivo do Banco da Inglaterra das atividades bancárias tradicionais foi acompanhado pela adoção de papéis coletivos que desempenharam um papel crucial no avanço da intermediação financeira e na manutenção de um sistema de pagamentos robusto. Consequentemente, no final do século XIX, o Banco transferiu todas as suas operações para instituições financeiras. Esta jornada transformadora levou à transformação do Banco numa organização não competitiva e sem fins lucrativos (Nascimento, 2005).

A expansão dos bancos centrais em todo o mundo durante o início do século XX eclodiu a partir da conferência financeira internacional realizada em Bruxelas no ano de 1920. Esta conferência aprovou uma resolução defendendo o estabelecimento de bancos centrais em países que não os possuíam. Como resultado, um total de quarenta e oito bancos centrais foram estabelecidos entre 1920 e 1925, incluindo os do Chile (1923), da China (1928), do México (1932) e da Argentina (1935). Na década de 1960, praticamente todos os países economicamente significativos, exceto o Brasil, haviam implementado um banco central e um sistema bancário organizado. No Brasil, o Banco Central foi criado em 1965 como parte das reformas realizadas durante o período 1964-65. Antes disso, certas funções de banqueiro central eram desempenhadas pelo Banco do Brasil e pela Superintendência da Moeda e do Crédito (Nascimento, 2005).



**Para saber mais sobre o
Banco Central do Brasil**

CAPÍTULO 11

A MOEDA E A ECONOMIA GLOBAL

A expansão da globalização, transformou o papel da moeda em figura central, criando influência e sendo influenciado por fenômenos políticos e econômicos globais.

A globalização apresenta como característica a integração dos fatores econômicos, culturais e políticos entre nações, e apresenta um significativo papel transformador na moeda. Os mercados financeiros internacionalizados permitem que capitais circulem livremente entre fronteiras, criando os mais distintos fluxos de mercado e impactando em economias nacionais. A concorrência entre moedas se intensifica pela globalização, e a estabilidade monetária é o objetivo crucial para captar investimentos e provocar o crescimento econômico (Eichengreen, 2019).


A globalização na prática cria a interdependência econômica, em que crises econômicas apresentam repercussões globais. Pode afetar a evolução dos preços e, portanto, influenciar também a política monetária. A volatilidade financeira dos mercados internacionais demanda das nações uma gestão eficiente de suas políticas monetárias. A manutenção das reservas internacionais e a necessidade de manutenção da taxa de câmbio flutuante são questões

fundamentais para evitar crises cambiais e promover estabilidade econômica (Mishkin, 2018).

A moeda é o principal instrumento nas políticas econômicas governamentais. As políticas monetárias, tem o intuito de controlar fatores e índices como a inflação, além de interferir na definição das taxas de juros e regulação da oferta de dinheiro, práticas utilizadas para estimular o crescimento econômico. Dada a globalização, essas políticas devem levar em consideração, não apenas fatores internos, mas ao mesmo tempo os impactos externos e o comportamento dos mercados internacionais.

O fenômeno monetário que reflete a diminuição do poder de compra da moeda, é denominado como inflação. Políticas monetárias de gestão eficientes são essenciais para manter a inflação sob controle. Essas políticas buscam aproveitar os benefícios da economia global como o acesso a produtos mais baratos, ampliação da competitividade externa, ou da proteção contra eventos inflacionários importados. A moeda é a teoria que relaciona a inflação à oferta de moeda em uma economia, sendo que a quantidade de moeda disponível determina o nível dos preços em uma economia, e por sua vez, a taxa de crescimento da quantidade de moeda determina a taxa de inflação.

Quando a inflação é elevada, há um aumento significativo dos preços dos bens e serviços. Geralmente, os bancos centrais aumentam as suas taxas de juros para fazer face à inflação. Isso influencia as taxas de juros cobradas pelos bancos comerciais sobre os empréstimos que concedem.



Quando as taxas de juros estão mais baixas, tendem a estimular a demanda agregada (o consumo e o investimento), potencialmente aumentando a inflação, enquanto taxas de juros mais altos têm o efeito oposto (Gregory, 2019).

Por sua vez, os bancos centrais frequentemente ajustam as taxas de juros para controlar a inflação. Quando a taxa Selic é elevada, os investidores estrangeiros tendem a investir mais em ativos brasileiros, o que aumenta a demanda pela moeda Nacional, o que pode levar a uma valorização do real em relação a outras moedas estrangeiras. E por outro lado, se a taxa Selic é reduzida, pode ocorrer uma diminuição dos investimentos no país, o que pode levar a uma desvalorização do real.



O Paradoxo do Valor



Curso gratuito de Harvard - "Justiça hoje em dia: dinheiro, mercados e moral"



Agora que você já leu o E-book iremos fazer algumas perguntas relacionadas ao tema



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Pedro Bueno de. **O futuro da competição monetária: Q comportamento da moeda Bitcoin e o seu impacto sobre políticas de bancos centrais.** 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado) Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

AVERBUG, Marcelo. **Plano Cruzado: crônica de uma experiência.** REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO. V. 12, N. 24. P. 211-240 DEZ 2005.

BOFF, Salete Oro; FERREIRA, Natasha Alves. **Análise dos benefícios sociais da bitcoin como moeda.** Anuario Mexicano de Derecho Internacional, Cidade do México, v. XVI, p.499-523, 2016.

CONTO, Neuto Fausto de. **O milagre do real. Secretaria Especial de Editora Caçã.** Florianópolis/ Santa Catarina. 2011.

DE FREITAS, Maria Cristina Penido. **A evolução dos bancos centrais e seus desafios no contexto da globalização financeira.** Estudos Econômicos (São Paulo), v. 30, n. 3, p. 397-417, 2000.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. et.al. **Faces da Moeda.** São Paulo: Editora Olhares, 2009.

MAGALHÃES, Aloísio. **Relações entre o design e a nacionalização do papel moeda no Brasil.** Congresso brasileiro de pesquisa e desenvolvimento em design, 2016.

MELLO BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados".** Economia e sociedade, v. 4. n. 1. p. 11-20, 1995.

MENDES, Livia Medeiros. **Do padrão ouro a Bretton Woods: algumas considerações.** Monografia (Ciências Econômicas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

NASCIMENTO, Dora. **Origem e papel dos bancos centrais** Revista Arena, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em <https://revistaarena.medium.com/origem-e-papel-dos-bancos-centrais-c84ed6f74c3f>. Acesso em: 13 maio 2024.

NOGUEIRA, Paulo. **Plano real dependência e dívida externa.** Universidade de São Paulo, 1998.

PIRES, Hindenburgo Fancisco. **Bitcoin: a moeda do ciberespaço.** Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 2, p. 407-424, agosto/2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.134538

POGGIO, Lorenzo. **História da moeda Desde as Primitivas Trocas ao Dinheiro Eletrônico.** 2. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

REIS, Tiago. **Metalismo: entenda o que foi e qual a sua importância na economia.** Editora FGV, 2021. Disponível em:<https://www.sunos.com.br/artigos/metalismo/>



SCHLOTTFELDT, Cristiane Lauer. **Supervisão bancária e o papel bancos centrais teoria , experiências internacionais e evidências empíricas.** Tese (Doutorado) curso de ciências econômicas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SERRANO, Franklin. **Do ouro imóvel ao dólar flexível. Economia e sociedade.** Campinas Vol. 11. Jul/dez 2002. p.237-253.

SILVA, Rodrigo Morais Paim. **A evolução da moeda e a Bitcoin: um estudo da validade da Bitcoin como moeda.** 2016. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Económicas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SOUZA, Thiago. **Como surgiu o dinheiro .** 29/05/2024 .Toda Matéria.

ULRICH, Fernando. **BITCOIN - A MOEDA NA ERA DIGITAL.** São Paulo: Mises Brasil, 2014.

VIEGAS, Cristina. **Razões e impactos da persistência e posterior abandono do padrão ouro na década de 1930.** Trabalho conclusão de graduação Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

VIEIRA, João. **A HISTÓRIA DO DINHEIRO ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA.** [28/05/2024.]. Disponível em: <https://www.acad-ciencias.pt/books/a-historia-do-dinheiro/>. Acesso em 09 maio 2024

VIEIRA, Yolanda. **Evolução histórica da moeda. Estudo de caso: Brasil (1889-1989).** Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=TT0JwxRteQ0C&oi=fnd&pg=PA9&dq=desde+os+primordios+da+moeda&ots=Pq_1UH7FdB&sig=Gn8IY05COT13DoD6FkS6lo3wQ3w&redir_esc=y#v=onepage&q=desde%20os%20primordios%20da%20moeda&f=false>. Acesso em: 19 maio 2024.